

Gabinete de Articulação para Efetividade da Política da Educação em Mato Grosso (Gaepe-MT)

Resumo Executivo da 31ª reunião – 26/11/2025 (10ª de 2025)

O QUE VOCÊ VAI ENCONTRAR NESTE DOCUMENTO?

- **Cronograma da reunião;**
- **Em seguida, o resumo executivo traz informações sobre:**
 - Contextualização do Levantamento Estadual sobre a Demanda de Vagas na Educação Infantil, com foco nos principais achados de 2025 e nos respectivos desdobramentos, em especial a Nota Recomendatória Copec nº 002/2025 do TCE-MT e as tratativas para aprovação e uso da matriz de risco;
 - Contextualização do Levantamento Estadual sobre Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, desenvolvido de forma inédita pelo Gaepe-MT, e apresentação do estágio atual dos encaminhamentos sobre o tema;
- **Seção “Notícias”, com atualizações sobre políticas educacionais, incluindo prazos de adesão, novos programas, ações em curso e dados recém-publicados.**

CRONOGRAMA DA REUNIÃO

1. Demanda de vagas na Educação Infantil nos municípios de Mato Grosso em 2025 (1 hora)
Objetivo: Apresentar a Nota Recomendatória Copec nº 002/2025 do TCE-MT e as tratativas em curso para aprovação e uso da matriz de risco elaborada a partir do Diagnóstico da Educação Infantil 2025, a fim de subsidiar novos encaminhamentos conjuntos para o fortalecimento da política de educação infantil em Mato Grosso.
Apresentação: <ul style="list-style-type: none">• 30 min. - Cassyra Vuolo (Copec/TCE-MT);
Debates: 30 min.
2. Educação Especial na Perspectiva Inclusiva em Mato Grosso (40 min.)
Objetivo: Discutir propostas concretas de atuação e pactuar encaminhamentos institucionais e interinstitucionais, com base no diagnóstico estadual sobre a educação especial na perspectiva inclusiva em Mato Grosso, elaborado pelo Gaepe-MT.
Apresentação: <ul style="list-style-type: none">• 10 min. - Willer Moravia (Instituto Articule)
Debate: 30 min.

RESUMO EXECUTIVO

1. DEMANDA DE VAGAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NOS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO EM 2025

Em continuidade ao processo inaugurado em 2023, o Gabinete de Articulação para Efetividade da Política da Educação em Mato Grosso (Gaepe-MT) conduziu, ao longo de 2025, uma nova rodada de atualização do diagnóstico estadual sobre a oferta de vagas na educação infantil, com foco no planejamento e no aperfeiçoamento da política pública para a primeira infância.

O ciclo de levantamentos tornou possível acompanhar a demanda em creches e pré-escolas ao longo do tempo e qualificar o debate na governança sobre o direito à educação infantil. Ao trabalhar com uma série histórica, o Gaepe-MT passou a dispor de evidências concretas para orientar decisões estratégicas, pautar a necessidade de investimentos contínuos e reforçar a centralidade da primeira infância na agenda educacional e intersetorial de Mato Grosso.

As coletas realizadas em 2023 e 2024 consolidaram uma base inédita de informações para o estado, permitindo dimensionar o déficit de vagas em creches, fundamentar proposições normativas e orçamentárias e mobilizar os Poderes Executivo e Legislativo para a inserção, pela primeira vez, de recursos específicos para expansão da educação infantil nas peças orçamentárias estaduais (PPA, LDO e LOA).

Em 2025, foi realizado novo levantamento estadual sobre a educação infantil, com adesão de 100% das redes municipais de ensino. Os dados evidenciam avanços relevantes, ao mesmo tempo em que expõem déficits persistentes e fragilidades na organização da oferta. Os resultados consolidados do Diagnóstico da Educação Infantil 2025 foram apresentados à governança na 30ª Reunião Ordinária do Gaepe-MT, realizada em 5 de novembro de 2025. Entre os principais achados, destacam-se:

- **3 municípios (2%)** informaram **não possuir creches** em funcionamento;
- **109 municípios (77%)** possuem **idade mínima para atendimento em creches**;
- **84 municípios (59%)** registram **fila de espera por vagas em creches**, totalizando **10.263 crianças aguardando atendimento**;
- **74 municípios (52%)** adotam **critérios objetivos de priorização** para a fila de espera, enquanto **68 (48%)** ainda não os possuem;

- **50 municípios (35%)** elaboraram **plano de expansão de vagas em creches**, e **92 (65%)** declararam **não dispor de planejamento estruturado**;
- Na **pré-escola**, **5 municípios (4%)** informaram a existência de **530 crianças em idade pré-escolar fora da escola** por falta de vagas.

Destaca-se, em particular, a redução progressiva e consistente da fila de espera por vagas em creches no estado: em 2023, foram registradas 14.883 crianças aguardando matrícula; em 2024, esse número caiu para 12.175; e, em 2025, chegou a 10.263 crianças.

Esse conjunto de resultados reforça que a proposta dos levantamentos coordenados pelo Gaepe-MT não é apenas descrever a realidade, mas criar uma base técnica capaz de impulsionar decisões concretas no âmbito da governança. Nesse sentido, a partir das evidências consolidadas em 2025, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) homologou, em sessão plenária, uma nota recomendatória dirigida aos 142 municípios, com um conjunto de medidas voltadas à eliminação das filas de espera em creches, ao fortalecimento da gestão e à efetivação do direito constitucional à educação infantil.

A [Nota Recomendatória Copec nº 002/2025](#), elaborada pela Comissão Permanente de Educação e Cultura (Copec) do TCE-MT, toma o Diagnóstico da Educação Infantil de 2025 do Gaepe-MT como referência central.

Entre as orientações, destacam-se:

- a adoção de estratégias para zerar as filas de espera, inclusive por meio de parcerias com entidades filantrópicas ou privadas quando necessário;
- a manutenção de listas de espera atualizadas, publicadas em páginas eletrônicas oficiais e, preferencialmente, geridas em sistemas informatizados; a elaboração e implementação de Planos de Expansão de Vagas na Educação Infantil;
- o avanço na construção dos Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPI), como previsto no Marco Legal da Primeira Infância;
- a definição de critérios objetivos de priorização para acesso às vagas, garantindo transparência e equidade; e
- a eliminação de práticas inconstitucionais, como a imposição de idade mínima para matrícula em creches que impeça o atendimento desde o nascimento.

Como desdobramento desse mesmo esforço, foi construída, com base nos dados mais recentes do diagnóstico, uma matriz de risco, destinada a identificar os principais fatores que ampliam a vulnerabilidade dos municípios no cumprimento do direito à creche e à pré-escola e a orientar ações de apoio e monitoramento por parte da governança.

Na 31ª reunião ordinária do Gaepe-MT, serão apresentadas à governança tanto a nota recomendatória do TCE-MT, com seus principais eixos de orientação aos municípios, quanto às tratativas em curso para aprovação e uso da matriz de risco. O objetivo é que esses instrumentos, fundamentados nos dados do diagnóstico de 2025, subsidiem novos encaminhamentos conjuntos e fortaleçam a política estadual de educação infantil em Mato Grosso, tornando-a mais planejada, transparente e equitativa.

2. EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA EM MATO GROSSO

No ano de 2025, o Gaepe-MT deliberou a realização de um levantamento inédito sobre a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva nas redes municipais de Mato Grosso. Elaborado de forma colaborativa pelas instituições parceiras e aplicado entre abril e maio de 2025 às 142 secretarias municipais de educação, o instrumento permitiu reunir dados abrangentes sobre o público-alvo da educação especial, a oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE), a formação e atuação dos profissionais, os procedimentos de encaminhamento e oferta de apoios, as práticas de planejamento individualizado (PAEE e PEI) e a existência de arranjos de gestão intersetorial.

A sistematização dessas informações resultou em um [Relatório Diagnóstico da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva em Mato Grosso](#), disponibilizado em documento compartilhado à governança, como referência comum para uma leitura da situação no território e identificação de barreiras prioritárias.

O relatório evidencia, entre outros pontos, a permanência de matrículas exclusivamente em instituições de educação especial de caráter segregado em parte das redes municipais, a exigência de laudo médico como condição de acesso ao AEE e a outros apoios em mais da metade dos municípios, lacunas na realização sistemática de estudos de caso e a ausência, em parcela expressiva das redes, de protocolos ou fluxos definidos para solicitação e disponibilização de profissionais de apoio.

Também aponta avanços importantes, como a alta proporção de redes que realizam planejamento individualizado e a adoção, pela maioria dos municípios, de estudos de caso como procedimento institucional. Em conjunto, esses elementos compõem um quadro que

combina práticas alinhadas ao paradigma inclusivo com desafios estruturais que demandam respostas articuladas da governança.

O tema vem sendo discutido de forma recorrente nas reuniões ordinárias da governança, com ênfase na utilização do diagnóstico como base para orientar a atuação do Gaepe-MT. Na 30ª Reunião Ordinária, o assunto foi retomado com foco explícito na necessidade de transformar os achados do levantamento em propostas concretas de atuação, superando a etapa exclusivamente descritiva e estimulando que as instituições avancem na identificação de frentes de ação interinstitucionais e, quando pertinente, individuais.

Como desdobramento desse movimento, encontra-se em processo de elaboração de uma Nota Recomendatória da Copec/TCE-MT sobre a educação especial na perspectiva inclusiva, tomando o diagnóstico produzido pelo Gaepe-MT como referência central. A nota está em fase interna de construção e análise, e deverá ser compartilhada com a governança tão logo seja aprovada, contribuindo para alinhar orientações, parâmetros e expectativas institucionais em torno da superação das barreiras identificadas.

Na próxima reunião ordinária do Gaepe-MT, o tema será retomado com foco na discussão de propostas concretas de atuação e as iniciativas apresentadas pelas demais instituições integrantes.

As instituições que compõem a governança deverão trazer possibilidades de ação ancoradas nas evidências do diagnóstico. O objetivo é pactuar encaminhamentos conjuntos orientados ao aprimoramento da educação especial na perspectiva inclusiva em Mato Grosso, fortalecendo o compromisso compartilhado com a garantia do direito à educação para todas e todos.

NOTÍCIAS

SÓ 15% DOS JOVENS CONCLUEM ENSINO MÉDIO NA IDADE CERTA E COM APRENDIZADO ESPERADO: O IEE 2023 aponta que só 15,5% dos jovens concluem o EM na idade certa (até 18 anos) com aprendizado mínimo. O índice caiu de 18,9% (2019) devido à pandemia, comprometendo o futuro das gerações.

[Link para a notícia](#)

ESPECIALISTA EXPLICA COMO A EDUCAÇÃO PODE AFASTAR JOVENS DO TRÁFICO (CNN Brasil): A coordenadora Glaucya Lima (Projeto Bem Me Quer, Complexo do Alemão) destaca que educação continuada e projetos sociais, oferecidos no contraturno, são cruciais para reduzir a vulnerabilidade juvenil ao crime organizado.

[Link para a notícia](#)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONFIRMA R\$ 3.000 A MAIS PARA PROFESSORES BRASILEIROS: O bônus para cerca de 100 mil docentes da educação básica é parte do programa "Mais Professores para o Brasil" (lançado em 15/10), exclusivo para compra de equipamentos tecnológicos.

[Link para a notícia](#)

DECRETO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NÃO PREVÊ FIM DAS APAES; ENTENDA: O Decreto nº 12.686/2025, de 20 de outubro, institui a PNEEI, focando na inclusão na rede regular. Ele mantém o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e convênios com APAEs, refutando boatos de extinção.

[Link para a notícia](#)

GOVERNO FEDERAL SANCIONA LEI QUE CRIA O SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: O presidente sancionou a lei em 31/10/2025, criando o SNE para coordenar União, estados e municípios, focando na universalização da educação básica, erradicação do analfabetismo e uso do Custo Aluno Qualidade (CAQ).

[Link para a notícia](#)

ATÉ QUE PONTO A EDUCAÇÃO DEVE SE PREOCUPAR COM A IA PARA ENSINAR DE FORMA DIFERENTE? Debatedores da Conferência PBL 2025 destacam que o futuro da educação depende da capacidade de repensar metodologias passivas, pois a simples adoção da IA tende a ampliar desigualdades devido à falta de conectividade e formação docente contínua.

[Link para a notícia](#)

LEI DO 'SUS DA EDUCAÇÃO' AJUDARÁ ÓRGÃOS DE CONTROLE: A promulgação, em 31 de outubro, da lei que cria o Sistema Nacional de Educação (SNE) trará mais segurança jurídica aos gestores e facilitará a atuação dos Tribunais de Contas na fiscalização e orientação das novas regras.

[Link para a notícia](#)

NOVO DECRETO GERA CONFLITOS SOBRE A OFERTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PAÍS: O Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, garantindo a escolarização obrigatória de todos os alunos na classe comum. O MEC afirma ter dobrado o repasse do Fundeb para instituições como Apaes em 2025 (R\$ 7,9 bilhões).

[Link para a notícia](#)

45% DOS PROFESSORES JÁ OUVIRAM FALA MACHISTA SOBRE ALUNAS: Pesquisa da ONG Serenas, com 1.383 docentes, revela que 45% ouviram colegas fazerem comentários constrangedores sobre o corpo das alunas; 15% dos entrevistados relataram conhecimento de casos de assédio sexual cometidos por professores.

[Link para a notícia](#)

SP TEM MENOR ÍNDICE DE ABANDONO ESCOLAR DA DÉCADA: A rede municipal de ensino de São Paulo registrou 0,6% de abandono em 2024, o menor percentual da década, superando 1,9% de 2014 e 0,95% de 2019. O número corresponde a cerca de 2.400 estudantes entre 437 mil matriculados no ensino fundamental e médio.

[Link para a notícia](#)

RELAÇÃO COM PROFESSOR AJUDA ALUNO NA CONSTRUÇÃO DE PROPÓSITO DE VIDA: Pesquisa do Instituto Ânima (500 mil respostas) revela que estudantes que confiam nos professores têm uma média de propósito de vida 16% maior. A saúde mental e o apoio familiar também são cruciais.

[Link para a notícia](#)

INSCRITOS NO ENEM AUTODECLARADOS INDÍGENAS CRECEM 89%, DESDE 2022: O número de inscritos autodeclarados indígenas saltou de 19.980 para 37.489 entre 2022 e 2025. Eles representam 0,77% do total de 4,81 milhões de candidatos confirmados. As provas ocorrerão em 9 e 16 de novembro, com exceção em Belém devido à COP30.

[Link para a notícia](#)

UNICEF LANÇA AGENDA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE PERIFERIA: A nova Agenda Cidade Unicef orientará ações de proteção em territórios vulneráveis de 8 capitais brasileiras. Entre 2021 e 2023, mais de 2.200 crianças foram vítimas de mortes violentas e 14.200 sofreram violência sexual nestas cidades.

[Link para a notícia](#)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO APROVA REGRAS PERMANENTES PARA AULAS DURANTE CALAMIDADE: O PL 680/20, que altera a LDB, permite dispensa de dias letivos (200), mas mantém carga horária mínima (800h/fund. e 1000h/médio) e exige acesso a meios para atividades não presenciais.

[Link para a notícia](#)

MEC REALIZA 1ª REUNIÃO DO COMITÊ DA POLÍTICA NACIONAL INTEGRADA DA PRIMEIRA INFÂNCIA: O comitê da PNIPI, instituída em agosto e definida por Portaria Conjunta em outubro, visa integrar políticas públicas (saúde, educação, social) para crianças de zero a seis anos. A política se estrutura a partir de cinco eixos, incluindo "Viver com Direitos" e "Viver com Educação".

[Link para a notícia](#)

AS CONTROVÉRSIAS DA PROPOSTA DE FINANCIAMENTO DO NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: A proposta do relator Moses Rodrigues prevê 11% do PIB em gastos totais para a educação até 2035, mas apenas 7,5% viriam de recursos públicos, o que especialistas criticam como um retrocesso.

[Link para a notícia](#)

TEMA DA REDAÇÃO DO ENEM AJUDA A DEBATER ETARISMO, DIZEM PROFESSORES: O tema "Perspectivas acerca do envelhecimento na sociedade brasileira" permite debater etarismo e violações de direitos. O Estatuto da Pessoa Idosa de 2003 pode ser usado como referência.

[Link para a notícia](#)

ABSTENÇÃO NO PRIMEIRO DIA DO ENEM 2025 CHEGOU A 27%: A abstenção no 1º dia foi de 27%, similar a 2024 (26,6%), com 3.240 eliminados por irregularidades. O Ministro Camilo Santana informou que o gabarito oficial será divulgado na quinta-feira, 13.

[Link para a notícia](#)

MEC REPASSA R\$ 31,2 MILHÕES PARA TRANSPORTE AQUAVIÁRIO: O FNDE concluiu em novembro o pagamento adicional de R\$ 31,2 milhões a 421 municípios e estados. A medida beneficia 291,4 mil estudantes ribeirinhos da educação básica, conforme a Resolução nº 27/2024.

[Link para a notícia](#)

O QUE PERDEMOS SEM O LETRAMENTO E O NUMERAMENTO PLENOS: A pesquisa Inaf (2025) aponta que apenas 35% dos jovens e adultos (15 a 64 anos) atingem níveis consolidados de alfabetismo e numeramento. Apenas 10% são proficientes, o que compromete a plena participação cidadã e a autonomia digital.

[Link para a notícia](#)

Documento elaborado e revisado pelos seguintes membros do Instituto Articule

**Bárbara Alcântara
José Maurício
Willer Moravia**